

Teoria Social e Teoria Social Realista: situando as bases para uma sociologia realista das organizações^{1,2}

Resumo:

Este ensaio mapeia o campo da teoria social contemporânea com vistas a fornecer um acurado panorama sobre a inserção do realismo crítico na teorização social, a partir do qual se possa elaborar uma teoria social realista para as organizações. Para isso contextualizamos o naturalismo crítico dentro da teoria social contemporânea. Localizamos os elementos centrais dentro da sociologia que possibilitam a leitura do realismo crítico na teoria social. Na sequência, apresentamos a Teoria das Subjetividades Coletivas (TSC) proposta por Frédéric Vandenberghe para tratar dos coletivos enquanto categoria sociológica a partir de uma visão realista crítica. Argumentamos que a TSC serve como ponto de partida, a ser aprimorado, para se pensar a ação coletiva, em geral, e as organizações, em particular, dentro de um novo paradigma: o do realismo crítico. Concluímos com considerações preliminares de como ambas, a teoria social realista e a TSC, podem fornecer as bases para uma possível teorização organizacional realista.

1 Introdução

Partindo da proposta de uma agenda de pesquisa na teoria social contemporânea (HAMLIN, 2000; ACKROYD, 2000; BRANTE, 2001; VANDENBERGHE, 2010; entre outros) – que busca disseminar e aplicar os desdobramentos da filosofia *para* a ciência do realismo crítico em cada uma das áreas do conhecimento humano (humanas, naturais e biológicas) –, este ensaio teórico tem como objetivo central explorar a relação entre a fundamentação metateórica do realismo crítico e a sua aplicação numa teoria própria a respeito das organizações, a partir de sua necessária passagem pelo ponto intermediário de uma teoria social realista (VANDENBERGHE, 2010), aliada às seminais contribuições de VANDENBERGHE (2007) acerca da Teoria das Subjetividades Coletivas como protótipo conceitual para se fundamentar e explicar o processo de emergência na categoria dos coletivos.

Especificamente, este texto apresenta os para a teoria social contemporânea, bem como, especificamente no âmbito desta, os conceitos e ideias necessárias para sua aplicação no campo da sociologia das organizações. Busca-se, neste ensaio teórico, rastrear a inserção do realismo crítico na teoria social contemporânea, como *intermezzo* necessário a partir do qual se possa elaborar uma teoria social realista para as organizações.

Para isso, pretendo sistematizar e caracterizar a aplicação dos principais elementos da filosofia da ciência proposta pelo realismo crítico (RC)³ na teoria social contemporânea. Elementos esses que

¹ O autor agradece o suporte financeiro fornecido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCSO e pela Pró-Reitoria de Pesquisa/PROPESQ da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, os quais foram indispensáveis à apresentação desta comunicação neste congresso.

² Uma versão preliminar desta discussão foi parcialmente apresentada no VII Encontro da Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD – EnEO, em 2012, ainda na época de elaboração de tese de doutoramento que a originou.

³ Vale destacar que a concepção da filosofia para a ciência proposta inicialmente por Bhaskar é denominada “realismo transcendental” e cuja orientação específica para as ciências humanas é denominada de “naturalismo crítico”. Assim, a elisão dos dois termos (realismo transcendental + naturalismo crítico), sugerida pelos seus seguidores, produziu a 3ª nomenclatura: o “realismo crítico”. Porém, esta síntese tem sido usada para classificar tanto o seu relato filosófico da ciência, em geral, quanto o das ciências humanas, em particular. Assim, neste capítulo a fim de demarcar claramente tal distinção, utilizarei aqui a classificação original proposta por Bhaskar.

permitem a passagem do discurso filosófico para um tipo de discurso teórico-sociológico, com maior grau de materialidade e verificabilidade empírica, e cujo resultado é a geração de uma nova vertente: a teoria social realista. Especificamente, o que se pretende é selecionar algumas de suas características e discutir as suas implicações para o campo interdisciplinar de estudos denominado de Teoria das Organizações (TO).

Tal procedimento é necessário a fim de se delimitar, de forma mais precisa e adequada, as categorias teóricas e as bases sobre as quais a sociologia das organizações (e a teoria organizacional⁴) retomam dentro da teoria social⁵, com o intuito de elaborar o seu próprio discurso sobre as organizações.

A elaboração e o desenvolvimento sistemáticos de uma teoria social realista situam-se em um plano diferente daquele do discurso filosófico proposto pelo movimento filosófico do realismo crítico, que fora inicialmente denominado realismo transcendental⁶.

Dado que a discurso filosófico é distinto do discurso sociológico, no sentido de que ele carece de objetos materiais (VANDENBERGHE, 2007a; 2007b; 2009; 2010g), as teses filosóficas propostas no seio do realismo crítico situam-se no plano geral e no nível abstrato da filosofia da ciência. Ao serem transpostas para os níveis fenomênico e empírico do mundo real precisam revestir-se de camadas conceituais mais densas que, por sua vez, traduzem a expressão de categorias de objetos reais, com eficácia causal sobre a realidade (FLEETWOOD, 2005).

Para a transposição do realismo transcendental para as ciências humanas uma série de esforços foram empregados, diretamente pelo próprio Bhaskar, assim como pelos seus seguidores, como a criação da *International Association for Critical Realism / IACR*, o *Centre for Critical Realism*, o *Journal of Critical Realism* (inicialmente denominado Aléthia).

Realizando pesquisas e trabalhos independentes, como os de Margaret Archer, ou explicitamente continuando, sistematizando e aprofundando o veio explorado por Bhaskar, como Steve Fleetwood, Peter Manicas, Douglas Porpora, entre outros; estes seguidores contribuíram também para dispersão e aplicação do realismo transcendental em vários (sub)campos científicos, dentre eles especialmente nas ciências humanas e, com mais ênfase, no campo da sociologia. Ao fim desse processo, culminava-se assim na emergência de um novo movimento dentro da teoria social, a teoria social realista, que no cenário atual da sociologia contemporânea tornar-se-ia um marco incontornável.

Além dos esforços deliberadamente empreendidos para a concretização do movimento realista crítico nas ciências humanas e sociais, fatores contextuais, como o esgotamento do novo movimento teórico, identificado por Jeffrey Alexander (1987), parecem ter contribuído para a emergência da teoria social realista, visto que ela passou a se constituir numa alternativa viável para a então estagnação teórica que se apresentava à sociologia, em suas diferentes facetas de confluência (ARCHER, 2000), falácias subjacentes (BHASKAR, 1998[1979]), assim como a crescente desintegração teórica e fragmentação identitária do campo (BRANTE, 2001).

Diante desse cenário, a aplicação dos princípios da ontologia estratificada, proposta pelo RC,

⁴ Apesar de distintas, tomamos aqui como referência a concepção de Friedberg (1993) que trata da ação social coletiva, como um *continuum* entre seus variados graus de estruturação, indo de um pólo mais fluido e assistemático até outro pólo mais organizado e sistemático, mas sempre pressupondo algum grau de organização /estruturação (ambos os termos são utilizados como sinônimos neste contexto).

⁵ Peters (2006, p.27-28) sintetiza uma distinção entre teoria social e teoria sociológica, onde a primeira é designada para tratar da reflexão intelectual, interdisciplinar dentro das ciências humanas, sobre problemas, explícita ou implicitamente, relacionados à: a) ontologia; b) à metodologia; e c) ao caráter normativo do conhecimento no campo das ciências humanas. Já a **teoria sociológica** é direcionada ao sistemático dos marcos estruturais e processos de reprodução do e transformação da modernidade, não no sentido histórico-cronológico, mas de identidade situacional e tipo específico de arranjo social e institucional.

⁶ (cuja denominação original era realismo transcendental)

bem como da comensurabilidade paradigmática entre as ciências – possibilitada pelo compartilhamento do nível intransitivo da realidade – natural e social e, a consequente visualização da sociologia em níveis (BRANTE, 2001; VANDENBERGHE, 2006; 2007; 2010), tornam possível localizar as instituições e organizações num nível intermediário da relação entre agência e estrutura (ARCHER, 2000; ACKROYD; FLEETWOOD, 2004; FLEETWOOD, 2005; 2008a; 2008b; ELDER-VASS, 2010; VANDENBERGHE, 2010) como uma entidade real com existência própria e poderes causais capazes de interferir na realidade, sendo, portanto, uma instância legítima de estudos no âmbito da teoria social – e, por extensão, no âmbito da TO – e um nível supostamente adequado para se aprofundar no conhecimento sobre os processos de constituição da sociedade (ACKROYD, 2000).

Assim, especificamente, considerando as premissas identificadas até o momento:

- (1) a partir da possibilidade de convergência teórica e síntese dada pela ontologia estratificada em níveis, onde as organizações se encontram no nível meso de análise do mundo social;
- (2) aliada ao fato das organizações serem empreendimentos racionais deliberadamente criados para por em marcha uma ação coletiva; e
- (3) das tentativas de explicação da questão central da teoria social – a saber o debate acerca da relação agência-estrutura, enquanto mecanismo de constituição da sociedade –, e os diferentes tipos de lacunas ou erros ligados a esse problema, que foram denominados por Archer (2000) de conflação;

então, pretende-se argumentar aqui que a convergência teórica entre teoria organizacional e sociologia da ação coletiva, identificada por Friedberg (1993), pode ser explorada, dentro de uma perspectiva realista crítica da teoria social, onde a teoria das subjetividades coletivas (TSC) proposta por Frédéric Vandenberghe pode cumprir um papel importante, tanto como mediador quanto como base para um aprofundamento específico *à posteriori*, já que esta não foi inicialmente elaborada com esta finalidade.

Por outro lado, foco no debate a partir da análise das organizações pode ser frutífero para a própria teoria social, na medida em que a abertura da “caixa preta” das organizações pode revelar processos e mecanismos relacionados à questão da agência-estrutura, já que esta é uma categoria intermediária na relação entre agência e estrutura (FLEETWOOD, 2008b; ELDER-VASS, 2010), e que até o momento não tem sido observada com a devida atenção na teoria social (ACKROYD, 2000).

Isso pode ocorrer justamente pelo fato da organização se situar enquanto categoria sociológica analítica no meio dessa relação, isto é, no nível meso da realidade social (BRANTE, 2001; VANDENBERGHE, 2010g), sendo, portanto, necessariamente uma categoria (e um objeto social real) intermediária(o), supostamente relacionada a essa passagem das ações individuais para o coletivo, bem como dos constrangimentos coletivos sobre os corpos individuais. Assim, concordando com e retomando a proposição inicial lançada por Ackroyd (2004) é que se considera necessário e potencialmente útil, tanto para a teoria social quanto para a teoria das organizações (TO), abrir a “caixa preta” do processo de estruturação das entidades coletivas (ou organizações) (BOURDIEU, 2001).

De partida, argumentamos com Vandenberghe (2009; 2010a; 2010c) que a sociologia realista crítica, apesar de enraizada em solo sociofilosófico anglo saxão, possui bases imanentes que podem ser derivadas da era dos epígonos – em especial dos monumentos *giddensiano* e *bourdieusiano* – já que em ambos os casos buscava-se produzir uma nova síntese na teoria social (PETERS, 2005; 2006; VANDENBERGHE, 2009; 2010c), superando as dicotomias entre ação e estrutura. E, é a partir deste e contra este pano de fundo que ela se posiciona enquanto um projeto próprio, solidamente fundamentado.

Tanto Giddens quanto Bourdieu geraram modelos teórico-empíricos de análise do processo de estruturação da relação agência-estrutura, culminando com modelos de estruturação, mais ou menos influenciados pela agência ou estrutura (PETERS, 2005; 2006). Porém, ambos falham em sua tentativa de solução do problema, já que tendem, em ambas as suas versões, a algum tipo de conflação

(ARCHER, 2000). Visando superá-los, a teoria social realista propõe uma releitura da questão a partir das bases ontologicamente fundamentadas pelo realismo transcendental.

Enquanto Margaret Archer (2000) realizará uma releitura crítica da teoria da estruturação de Giddens, à luz do realismo crítico, portanto, num contexto de teoria social *pós-giddensiana* na Inglaterra; Vandenberghe (2010), também orientado pelo realismo crítico, opta por uma releitura crítica de Bourdieu, simultaneamente com e contra ele, introduzindo em seu esquema analítico uma maior margem para a ação, e cuja ênfase pode ser localizada no quadro da teoria social francesa *pós-bourdiesiana*.

Assim, seguindo a trilha aberta por Vandenberghe (2009; 2010a; 2010c) pretende-se seguir aqui a visão da teoria social realista como um “cruzamento” da teoria social inglesa *pós-giddensiana* com a teoria social francesa *pós-bourdiesiana*, a partir das bases do movimento realista crítico, onde admitir-se-á que esta conferirá maior potencial explicativo e enquadramento teórico-metodológico para a noção de estrutura – a partir da teoria dos campos sociais –; e, àquela, aportará maior potencial explicativo à teoria social a partir da noção de agência – tal qual como formulada por Archer (2000), onde se visualiza o espaço suficiente para a ação social a partir da noção de conversações internas, que pode preencher as possíveis lacunas no quadro *bourdiesiano*.

Assim, ao situar a teoria social realista como um “híbrido” derivado do cruzamento da sociologia de Bourdieu com a de Giddens – partindo de uma releitura do ponto comum de ambos que é a elaboração de um modelo *praxiológico-estruturacionista* (PETERS, 2005; 2006) –, à luz do realismo crítico, pretende-se acentuar aqui o processo de estruturação⁷ social, o qual abrirá – seja pela forma como é obtido seja por seu resultado final – uma questão central para discussão no âmbito da TO (e de sua consequente teorização organizacional), que é a identificação e a discussão da organização como uma entidade real e como um ator coletivo capaz de exercer uma influencia eficazmente causal na realidade, tal como proposta por Vandenberghe (2010g).

Ao replicar esse processo de estruturação da realidade social no plano das organizações – e vê-las como elos centrais na relação agência-estrutura – pretende-se analisar, de forma específica, o seu processo de estruturação como construção de atores coletivos (ACKROYD, 2000) e, portanto, como entidades coletivas dotadas de uma subjetividade coletiva (VANDENBERGHE, 2010), partindo do pressuposto de sua centralidade na ligação, estruturação e hierarquização dos níveis da realidade social (BRANTE, 2001; VANDENBERGHE, 2010), e, portanto, também como elo necessário, embora não suficiente, para a estruturação da sociedade (ACKROYD; FLEETWOOD, 2004; FLEETWOOD, 2005; 2008a; 2008b; ELDER-VASS, 2010). Isso permitiria se compreender e explicar o processo de estruturação social da realidade, para além da falácia conflacionista (ELDER-VASS, 2010).

Assim, pretendo adicionar e defender aqui, numa posição próxima e semelhante à de Fleetwood (2008b) e Elder-Vass (2010), na qual advoga-se que a estruturação dos coletivos é o que permite integrar a ação individual a estrutura social. Dessa forma, para compreender e fornecer uma explicação adequada para o problema da relação estrutura-agência é uma condição necessária, embora não suficiente, a estruturação da ação social via ação coletiva. Ou seja, o foco aqui ao situarmos nossa análise nas organizações será tomá-la um microcosmo para a realidade social. Assim, poderíamos dizer que, situadas dessa forma, as organizações são níveis ou instâncias da realidade privilegiadas para se estudar a passagem da ação individual para a coletiva, sendo, portanto, mecanismos estruturadores da sociedade.

Para alcançar o objetivo aqui delineado, recorro a seguir – conforme nos instrui Vandenberghe (2009; 2010c) – apenas propedeuticamente, a uma síntese da trajetória histórica do campo da teoria social no momento precedente à emergência do RC, para contextualizarmos temporal e espacialmente a

⁷ Assumimos aqui, conforme verificado na literatura, que este processo corresponde ao problema da relação estrutura-agência. Para uma recente e adequada colocação deste problema, ver, no plano nacional, Peters (2006, p. 1- 35); no plano internacional, Elder-Vass (2010).

localização deste movimento filosófico, e desta feita, compreendermos de forma mais precisa, sua inserção neste (sub)campo filosófico – das filosofias da ciências (HARRÉ, 1988).

2 O Naturalismo Crítico e a Emergência da Teoria Social Realista na Teoria Social Contemporânea

A teoria social realista é uma vertente dentro da teoria social contemporânea. Ela emerge aproximadamente na década de 1980, quando a teoria social neoclássica (VANDENBERGHE, 2009) começa a dar sinais de seu esgotamento diante das tentativas de síntese e superação dos antigos problemas, dentre eles, a relação entre agência-estrutura.

Se, nas palavras de Alexander (1987), o novo movimento teórico foi caracterizado pelo desenvolvimento de três relatos alternativos para lidar com as grandes questões do universo social, realizados por Bourdieu, Giddens e Habermas, é a partir do esgotamento da sua capacidade de renovação e avanço que se irão emergir as novas ramificações ou vertentes da teoria social contemporânea. Todas marcadamente caracterizadas pelo sufixo *pós* (*pós-bourdieuianas*, *pós-giddensianas* e *pós-habermasianas*), tanto em sentido histórico-cronológico quanto devido ao fato de necessariamente dialogarem necessariamente com esses três grandes pensadores, seja continuando suas ideias seja reconstruindo-as criticamente, mas **sempre** se posicionando **em relação a** elas (VANDENBERGHE, 2010).

Traçando um mapeamento da sociologia contemporânea no cenário mundial, Vandenberghe (2009; 2010c; 2011) identifica que após o esgotamento da sociologia neoclássica, várias correntes surgiram na tentativa de resgatar os seus espólios, cada uma delas associada à tradição de seu contexto de origem. Assim, o autor identifica e associa os desenvolvimentos contemporâneos na teoria social a partir das tradições francesa, inglesa e alemã onde:

- a) Na França, a sociologia *pós-bourdieuiana* tem sido dominada pelos seus ex-discípulos, e duas vertentes bastante distintas entre si e que mantêm, ambas guardam certa distância em relação à obra de Bourdieu. De um lado, a sociologia francesa é liderada pelas inovações teóricas de Bruno Latour, com a sua sociologia do ator-rede, que prega a naturalização das relações sociais e a socialização dos objetos; e, de outro, Luc Boltanski e Laurent Thévenot, com a sua sociologia pragmática, cuja ênfase reside no nível interacional das relações sociais, focalizando as disputas não violentas acerca da legitimidade e justiça da resolução de conflitos e suas justificativas. Aqui importa ressaltar que os autores identificam diferentes domínios (ou enclaves) sociais onde a transposição da situação (e dos objetos) de disputa de um domínio para o outro conferem, em última instância, o *status* de justiça ou injustiça social.
- b) Na Alemanha, também duas correntes sociológicas atualmente têm se destacado: uma considerada por Vandenberghe como a 3ª geração da teoria crítica e outra, não exatamente filiada à teoria crítica, embora ele a considere crítica também, que trata da teoria da modernidade reflexiva. A primeira delas é encabeçada por Axel Honneth, visto como o sucessor de Habermas, que desenvolve a partir dos trabalhos deste último uma sociologia do reconhecimento (que se dá em três esferas: do amor, do direito e da solidariedade), argüindo que todos anseiam e buscam o reconhecimento social, cuja importância reside no desenvolvimento da subjetividade. A segunda vertente, liderada por Ulrich Beck, busca pensar a política na vida cotidiana a partir da categoria do risco, da sociedade do risco, onde a crise ecológica cria problemas de legitimação da política dentro das sociedades ocidentais, fazendo com que as antigas tradições do passado não sejam mais referências válidas, sendo necessário que os indivíduos construam suas próprias histórias num cenário fragmentado e sem referências, num tipo de tentativa e erro, como se a vida fosse um experimento.
- c) Na Inglaterra, a sociologia *pós-giddensiana* foi sucedida por duas correntes: os estudos de

governamentalidade e o realismo crítico (RC). A primeira se dedica a releitura do trabalho de Foucault do final da década de 1970, sobre a *Gouvernementalité*, ou seja, Governo de si, dos outros e da sociedade. Esta vertente inicia-se pelo diagnóstico da crise de 1968, da crítica feita ao sistema capitalista e de como este sistema, ao invés de romper, muda e incorpora os problemas e as questões que estavam fora de sua concepção inicial (atrelada a utilidade), como o lazer a criação, a moda etc. Assim nesta perspectiva focaliza-se o poder agindo não contra ou sobre o indivíduo, mas a partir dele de sua motivação e sua aderência “espontânea” ou consentida ao sistema, tentando não cerceá-lo, mas motivá-lo e assim, usar suas capacidades controladamente. Ela parte sempre de um problema empírico (ex. AIDS) e busca ver como diferentes agentes interessados em lidar com ele se relacionarão e, com isso, produzirão modulações e farão o poder e o sistema funcionar a través deles. Já a segunda corrente faz uma passagem dos princípios ontológicos e epistemológicos do RC proposto por Bhaskar para a teoria social, sobretudo, através dos trabalhos do próprio Bhaskar e de Margaret Archer. Estes, fazendo uma crítica aberta a Giddens e sua teoria da estruturação, imputam a ela o pressuposto de aceitação da daquilo que consideram como “falácia epistêmica” e, conseqüentemente, em sua visão tornam-na incapaz de lidar adequadamente com o problema da relação agência-estrutura. Ao fazerem isso eles propõem uma nova e própria versão teórica para o problema, relendo criticamente Giddens (e Bourdieu) a partir do RC e sua principal inovação a ontologia estratificada.

Diante dessa nova fase da sociologia no cenário mundial, surge uma nova fragmentação e divisão, não distintiva em termos da classificação em micro-macro abordagens, mas sim seguindo uma especialização temática. Cada qual dessas correntes, com sua especificidade e propondo uma teorização seletiva, micro centrada, sem conexão ou preocupação com uma integração das questões mais amplas da sociologia. É justamente nesta paisagem teórica que se destaca a perspectiva do RC na teoria social, cuja ideia central consiste em pensar e envidar esforços no sentido de promover uma teoria social unificada, a partir da proposta de convergência teórica das micro-correntes num todo maior, tomando-as como estratos diferentes da realidade (ELDER-VASS, 2004; VANDENBERGHE, 2010).

Tal possibilidade só pode ser concebida a partir de uma adequada perspectiva filosófica que se sustente numa categoria de totalidade – a realidade – cuja decomposição permite enxergar os diferentes estratos ou camadas que se agrupam, e, de certo modo, se sobrepõe para formar o todo (BHASKAR, 1998[1979]). E, de modo inverso, quando não conhecemos o todo, supomos a sua existência e partimos das diferentes camadas que conseguimos enxergar a fim de reconstruir, coerentemente e de forma plausível, a sua interligação e suas conexões até chegar ao todo (a realidade).

3 O Realismo Crítico na Teoria Social

Num primeiro momento o relato realista crítica da ciência, desenvolvido por Bhaskar em *A Realist Theory of Science*, o argumento central da obra residia em demonstrar, dentre outras coisas, que

“[...] não só [o argumento de que] uma conjunção constante de eventos não é uma condição suficiente para uma lei científica, mas que não constitui sequer uma condição necessária; e que apenas se pudermos demonstrar esta última [a(s) condição(ões) necessária(s)] é que poderemos fornecer uma justificação adequada para a primeira. Embora tenha sido freqüentemente sustentado que uma conjunção constante de eventos é insuficiente, até o momento não foi sistematicamente argumentando [que esta] não é [uma condição] necessária. Isto, no entanto, pode ser demonstrado através do argumento transcendental da natureza da atividade experimental” (BHASKAR, 2008[1975], p.1 – tradução livre).

O argumento transcendental de que Bhaskar se utiliza prova a falseabilidade das premissas positivistas-humenianas das leis científicas inclusive para as ciências naturais, baseado na refutação

transfactual de sua ocorrência em sistemas fechados.

Tendo demonstrado o argumento transcendental, Bhaskar (1998[1979]) e as formas pelas quais sua proposta pode fundacionar as ciências humanas, em seguida, a atenção de Bhaskar (1998[1979]) se volta para a discussão da *Possibilidade do Naturalismo* [*The Possibility of Naturalism*], partindo da conexão entre as ciências sociais, e de forma mais ampla as ciências humanas e a filosofia. Essa perspectiva foi desenvolvida no âmbito das ciências sociais a partir de um relato específico e propriamente orientado para tal discussão: o naturalismo crítico. Sua concepção de naturalismo, para as ciências sociais e humanas, é não positivista e não reducionista. Ela irá começar a ecoar na teoria social década de 1980, portanto, justamente numa fase em que se opera o esgotamento do novo movimento teórico e se iniciam os relatos alternativos, como uma busca para a continuidade da teoria social em fins do século XX. Daí em diante, ela se tornaria cada vez mais robusta e difundida.

Assim, o naturalismo crítico emerge como um relato cuja pretensão é a de fornecer uma solução supostamente superior às demais tradições, para as ciências humanas e sociais, justamente por partir de bases filosóficas mais amplas que permitem e pressupõe uma comensurabilidade paradigmática de diferentes perspectivas sociais, radicada no ponto comum da ontologia das estruturas (no caso) sociais.

Elaborando suas ideias a partir dos argumentos estabelecidos por Hodgson (2004), no campo da economia, e de Archer *et al.* (1998), no campo da sociologia, a fim de produzir um refinamento teórico e, desta forma, avançando na delimitação mais clara e precisa dos conceitos teóricos erigidos sobre a perspectiva realista crítica nas ciências humanas, Fleetwood (2008a, p. 243-245) sintetiza em 08 (oito) proposições centrais estabelecidas pelo RC, que fundamentam e estruturam seu projeto nas ciências humanas:

- 1) *Diferenciação ôntica entre agentes, estruturas sociais e instituições.*
- 2) *Diferenciação ôntica entre propriedades dos agentes e das estruturas sociais e das instituições.*
- 3) *A dependência das estruturas sociais e instituições em relação aos agentes.*
- 4) *A dependência dos agentes em relação a estruturas sociais e instituições.*
- 5) *A rejeição do individualismo metodológico e ontológico.*
- 6) *Rejeição do coletivismo metodológico e ontológico.*
- 7) *A prioridade das estruturas sociais e instituições sobre qualquer agente individual.*
- 8) *Similaridade ôntica entre estruturas sociais e instituições.*

Considerando a síntese realizada acima sobre as principais “adaptações” conceituais específicas que a ontologia realista implica para a teoria social, observa-se que tais *proposições de uma teoria social realista* são erigidas a partir dos pressupostos da filosofia do realismo crítico como um todo. Porém, dentro dele, 3 (três) categorias teóricas centrais são recorrentes, devido a sua necessidade causal: o conceito de estrutura, o conceito de estratificação e o conceito de emergência. Uma vez identificadas as estruturas (indivíduos e entidades coletivas) para que essas asserções façam sentido e sejam concordantes com a realidade, o RC pressupõe uma estratificação da realidade, donde segue-se o conceito de emergência dos poderes causais das estruturas gerativas.

Tentando sintetizar a trajetória percorrida pelo RC em solo filosófico até chegar às ciências sociais e humanas, talvez uma forma adequada fosse sugerir a realização de três passos: (1) a asserção da dimensão ontológica; (2) as implicações derivadas dessa dimensão precedente para as formas de conhecimento (epistemologia) do mundo e, num terceiro momento, (3) as implicações epistemológicas do realismo segundo o conjunto de objetos reais a serem estudados cientificamente, suas características estruturais intrínsecas e as formas específicas da emergência de seus poderes causais e de ativação dos mesmos.

4 Diferenciação Ontológica, Estratificação e Emergência

Para que esta distinção entre domínios da realidade, e a sua correspondente crítica do relato

humaniano-positivista da ciência, seja possível, Bhaskar precisa ser capaz de fornecer um modelo explicativo alternativo que seja capaz de fornecer um relato adequado (ou pelo menos, plausível) da existência da realidade extra (ou além de) empírica, ou seja, transcendental. É isso o que ele faz inicialmente com a tese da distinção entre os domínios ontológico (intransitivo) e epistemológico (transitivo) e, seu conceito subordinado, adjacente, extensivo e necessário de estratificação.

Em sua obra *A Realist Theory of Science* Bhaskar argui, a partir da inteligibilidade da atividade experimental, que “há uma distinção *ontológica* entre leis científicas e padrões de eventos” (BHASKAR, 1978, p.12). Tais leis dependem da existência de ‘mecanismos naturais’, e “somente se nós fizermos a assunção da independência real de tais mecanismos em relação aos eventos que eles geram é que nós estaremos justificados em assumir que eles perduram e vão agindo em seu caminho fora das condições experimentais dos sistemas fechados, que nos capacitam a identificá-los empiricamente” (BHASKAR, 1978, p.13).

E ele ainda acrescenta:

[...] os eventos obrigatoriamente precisam ocorrer de modo independente das experiências nas quais eles são apreendidos. Estruturas e mecanismos, então, são reais e distintos do padrão de eventos que eles geram; do mesmo modo como os eventos são reais e distintos das experiências em que eles são apreendidos. Mecanismos, eventos e experiências assim constituem três domínios sobrepostos da realidade, nomeadamente, os domínios do *real*, do *actual*, e do *empírico*.” (BHASKAR, 1978, p.56).

Assim, a partir da diferenciação dos domínios, Bhaskar (1994) pressupõe os fenômenos de estratificação e de emergência como condição necessária para a integração dos três níveis da realidade.

O conceito de estratificação refere-se à disposição daquilo que ele chamou de domínio intransitivo (ôntico) da realidade nos níveis do real, o atual, e o empírico e remete à eficácia causal simultânea desses diferentes níveis (ou estratos) emergentes (IRWIN, 1997). Elder-Vass (2004) aborda a estratificação do mundo intransitivo em níveis – o atômico, o molecular, o biológico, etc. Esta estratificação depende do fenômeno de emergência, que é mais simplesmente descrito como “o relacionamento que torna possível para um todo ser mais do que a simples soma das partes.” (ELDER-VASS, 2004, p. 3). Isso é o que tornaria possível o funcionamento do mundo, através de padrões e conformações verificadas empiricamente, da regularidade de eventos e, sobretudo, da existência de “leis” ou tendências inerentes às propriedades e estruturas de cada substância que são emanadas e adquirem certa regularidade no mundo natural, devido à ausência de tendências contrárias capazes de impedir a manifestação daquela.

A estratificação implica a ideia de diferenciação, que diz respeito à existência de sistemas abertos e fechados e suas implicações. Diferenciação implica que as leis e as ações não têm efeitos uniformes, daí a origem do termo. A distinção entre os mecanismos e os eventos que eles geram (ou podem gerar), que diz respeito à estratificação, é necessária para explicar por que o mundo é diferenciado em sistemas abertos e fechados (BHASKAR, 2008[1975], p. 19).

Como correlato ao fenômeno da estratificação, o fenômeno da emergência é uma condição necessária para a integração dos níveis da realidade dentro da perspectiva filosófica do realismo transcendental. Bhaskar (1994, p. 73) define emergência como

o relacionamento entre dois termos de tal sorte que um diacronicamente, ou talvez sincronicamente, levanta/suspende/eleva ao outro, mas é capaz de reagir de volta no primeiro e é em qualquer evento causalmente e taxonomicamente irreduzível a ele (esse evento), como a sociedade é à natureza ou a mente em relação à matéria.

Buscando refinar o argumento bhaskariano acerca da natureza de uma realidade estratificada baseada na emergência (de poderes causais), mas que segundo Collier (1994, p. 130 citado por Elder-

Vass, 2004, p. 4) é relativamente pouco desenvolvido no que tange a questão da estratificação, Elder-Vass (2004) propõe uma versão ligeiramente diferente, não contrária, e sim corroborativa ao argumento de Bhaskar e de outros realistas críticos, e em sua visão, mais precisa e refinada.

Partindo da questão inicial de “como o fenômeno da emergência é possível?”, Elder-Vass (2004, p. 4) levanta uma nova questão: “se nós aceitarmos que as totalidades emergentes são mais do que a simples soma das partes, então de onde é que esse “maior do que” surge?” Seu argumento é o de que a emergência surge da **organização** das partes em uma disposição, onde se dá manutenção de um estável conjunto de relações entre as partes que as constitui dentro de um tipo particular e específico de [nova] totalidade. Essa nova disposição (arranjo), diferente e particular em relação ao estado anterior, permite o surgimento de entidades (ou coisas), que justamente em função de sua configuração específica trazem à tona propriedades próprias não existentes às partes isoladas que compõem essa nova entidade. Desse modo, fala-se em propriedades emergentes.

Assim, é o fato de que uma entidade de mais alto-nível é composta de uma *organização particular estável* de entidades de mais baixo-nível, que confere a ela a possibilidade de exercer uma influência causal em seu direito próprio (ELDER-VASS, 2004). Em outras palavras, é o conjunto de relações entre entidades de baixo-nível que torna possível o fenômeno de emergência de uma totalidade “maior do que a soma das partes”. Somente quando este tipo particular de partes está presente em num conjunto específico de relações entre si é que torna possível a existência de uma entidade de alto-nível; e somente quando este tipo particular de partes está presente num conjunto de relações entre si específico é que esta tem o impacto causal que caracteriza as entidades de alto-nível (estrato mais elevado).

A origem das coisas com um grau de autonomia causal forma o nível causal existente a partir do qual se originaram. Autonomia causal impede as entidades emergentes de serem redutíveis a que a partir do qual surgem. As propriedades de uma entidade emergente não são previsíveis a partir das propriedades do nível inferior (BHASKAR, SRHE, p. 104). Por exemplo, em geral, as propriedades sociais só podem ser explicadas em termos de outras propriedades sociais. Pode haver leis sobre a biologia que não são redutíveis às leis da física. Isso não exige alguma substância especial mental ou espiritual que tenha propriedades sobre ou acima das propriedades físicas. A autonomia causal exige apenas que entidades biológicas têm propriedades que não pode ser inteiramente reduzidas a propriedades mecânicas, nem propriedades eletromagnéticas, nem às propriedades gravitacionais, etc., mas são formadas a partir de interações complexas destas.

Segundo Irwin (1997), todos esses fenômenos físicos podem interferir com os efeitos dos outros, por exemplo, como quando um ímã impede de cair alguma coisa. Do mesmo modo, as entidades biológicas podem ser capazes de explorar possibilidades reais na natureza que não estão disponíveis para as entidades sujeitas apenas às propriedades da mecânica, ou apenas às do eletromagnetismo, etc. As propriedades complexas a partir de todos os fenômenos físicos separados podem conspirar de uma maneira que transcende os efeitos de qualquer um ou vários deles, sem ter que postular qualquer outra força misteriosa.

As propriedades emergentes exploram as possibilidades na natureza, que não estavam sendo explorados no nível inferior, do qual essas propriedades emergiram. Da mesma forma, a estrutura atômica envolve a atualização de forças da natureza (as forças fraca e forte no núcleo) que não estavam envolvidos nos componentes dos prótons e nêutrons antes da formação dos átomos. Novos poderes que surgem só são possíveis em virtude do maior nível de organização da matéria que evoluiu (BHASKAR, DPF, p. 51).

Interpretando às ideias de Bhaskar, Irwin (1997) afirma que, segundo ele, um argumento transcendental de nossa experiência mostra que isso é correto no que diz respeito à irreducibilidade de atividade social. Esta é a condição para a existência dos nossos produtos sociais dos quais somos agentes causais e cujas razões são causas autônomas. As origens das ações humanas podem ser

explicadas apenas por referência a formas sociais; os efeitos das ações humanas podem ser explicados apenas por referência aos efeitos causais das crenças.

Assim, retendo-se em mente o que foi exposto acerca do processo de organização particular e estável das entidades de um determinado nível para o surgimento do fenômeno de emergência, com a constituição de uma nova entidade em nível superior subsequente; e considerando a dinâmica da vida humana em sociedade pode-se questionar: como as interações individuais podem gerar processos particulares e estáveis, numa configuração específica, cuja resultante seja uma entidade (coletiva), em nível superior, com propriedades e poderes causais próprios? As interações entre essas entidades coletivas poderiam gerar entidades de níveis superiores?

5 Teoria das Subjetividades Coletivas (TSC)

A TSC, proposta por Frédéric Vandenberghe (2007a; 2007b; 2010g), tem seu mote central na provisão de um arcabouço teórico sobre os coletivos – ou grupos estruturados – enquanto agentes capazes de desempenhar ação social e, portanto, mediadores da relação estrutura-agência. Em um trabalho recente e seminal, Vandenberghe (2007a; 2007b; 2010) se propõe a preencher o que considera um hiato entre às categorias sociais (ou coletivos taxonômicos) e a conceito de redes, a partir da introdução dos grupos estruturados como entidades coletivas, reais, dotadas de eficácia causal e, portanto, como elementos centrais para a teoria da ação coletiva.

Para isso, ele propõe a tese de que a estruturação dos coletivos segue um processo morfogênético triplo: de *identificação simbólica*, *mediação tecnológica* e *representação política*, como diferentes momentos que estruturam e transformam dialeticamente o coletivo taxonômico em uma comunidade imaginada (pela emergência da identificação simbólica), a comunidade imaginada ao quase grupo mobilizável (via mediação tecnológica), e este último em um grupo organizado (por meio da representação política), capaz de representar seus membros ausentes.

Seguindo a linha de raciocínio do RC, ele defende

a tese coletivista de que a sociedade existe em todos os níveis da realidade social e que as ordens sociais representam ordens emergentes e, portanto, relativamente irredutíveis umas às outras. Como sistema de relações interna entre posições e ideias, a sociedade existe e subsiste como ordem social e cultural, ordens macrosociais que formam condições de possibilidade necessárias mas não suficientes das ordens institucionais, interacionais e individuais que mediatizam e atualizam, reconduzem ou transformam os efeitos sistêmicos no âmbito do mundo da vida (VANDENBERGHE, 2010g, p. 211-212).

Para tratar do primeiro momento do processo morfogênético triplo da TSC, Vandenberghe (2010g) recorre à diferenciação que Harré elabora entre aquilo que ele considera como coletivos taxonômicos e os grupos sociais. Harré (citado por VANDENBERGHE, 2010g), partindo de uma ontologia construtivista-realista, considera que os poderes causais da sociedade devem ser analisados em última instância em relação aos indivíduos e, portanto, nega a possibilidade de existência de qualquer entidade coletiva, acreditando estas sejam um ‘mito’, uma ficção teórica. Partindo desse prisma, Harré distingue aqueles que são constituídos por uma estrutura de relações pelas quais os indivíduos vêm a possuir suas próprias propriedades definidoras, o que ele denomina de grupos relacionais estruturados; e, aqueles em que os indivíduos que formam um grupo porque cada membro tem uma propriedade que é semelhante à de cada um dos outros membros, o que ele chama de coletivos taxonômicos (ou categorias).

Seguindo a interpretação que Vandenberghe faz de Harré, este considera então que os agrupamentos humanos ou coletivos são constituídos de duas formas distintas (mas, sempre redutíveis aos indivíduos, não existindo *per se*, enquanto entidades próprias): de um lado, os agregados (ou coletivos taxonômicos) que, em sua visão, seriam aquelas categorias teóricas formadas *a priori* pelo

pesquisador e que, portanto, não encontram necessariamente respaldo na realidade, sendo provavelmente mais aquilo que o pesquisador quer ver (ou projeta de si) do que um dado empiricamente concreto. Do outro lado, haveria grupos empiricamente observados (ou entidades empíricas) como as organizações, instituições, etc.

Porém, Vandenberghe (2010g) considera que esta análise feita por Harré é falha ao confundir grupos relacionais com redes, reduzindo estas aos primeiros. Isso porque o critério de categorização utilizado por Harré, ao fazer sua diferenciação dos coletivos, pauta-se no grau de estruturação das relações entre os membros do grupo. Assim, ele é levado a se comprometer com uma posição restrita acerca dos coletivos enquanto grupos relacionais estruturados, que o impele a descartar as redes e às categorias, já que estas possuem (ou podem possuir) graus de estruturação mais flexíveis ou frouxos.

Assim, é justamente neste ponto que reside a crítica de Vandenberghe. Ele entende que os coletivos taxonômicos (categorias), onde há efetivamente um baixo grau de estruturação e relação direta, poderiam ser considerados como ‘grupos potenciais’ mas que estão em estado latente. Assim, o seu argumento visa tornar mais flexível a análise de Harré, a fim de dialeticamente considerar os distintos graus de estruturação dos coletivos como passagens, realizadas através da ativação dos poderes causais emergentes em cada um dos níveis ou estados, do que ele propõe como uma “trialogia” dos momentos: *identificação simbólica*, *mediação tecnológica* e *representação política*), de um estado de menor estruturação para um estado de maior estruturação (de suas relações) (VANDENBERGHE, 2007a; 2007b; 2010g).

A análise de redes⁸, em que se inspira, insiste nas relações estruturais mas não define sua estrutura. Estas são concebidas como estruturas abertas que podem se expandir no espaço. Assim, o grupo apareceria como um tipo especial de redes fortemente demarcado. Segundo o autor, Harré levanta uma questão real, mas que precisa ser flexibilizada. Vandenberghe, então, propõe retomá-la nos seguintes termos, reformulando a questão e mantendo as teses de que: a) os coletivos são reais; e b) existem como grupos virtuais cujo poder causal se manifesta progressivamente conforme são estruturados em grupos capazes de produzir movimento social, gerando impactos em toda a sociedade⁹. Assim, ele argumenta que:

1) que categorias devem ser entendidas como grupos potenciais que podem ser organizar e atualizar a si mesmos; 2) que essas categorias se manifestam, de fato, no mundo da vida; 3) e que devemos investigar essa passagem da *potentia* ao *actus* – a *passage à l’acte* – como um processo praxiológico de estruturação por meio do qual categorias sociais são progressivamente organizadas em grupos (Giddens, 1980: 105-117). Tal como os pássaros, os coletivos assumem múltiplas listras e cores, de povos, nações, raças, gêneros, classes, partidos e grupos de *status* até a humanidade (e, talvez mais além, até as associações cósmicas interestelares de espíritos). Minha entrada na questão se dá via classe e movimentos sociais. (VANDENBERGHE, 2010g, p. 215).

Assim, o autor evidencia que uma ontologia realista dos coletivos poderia facilmente integrar ontologias performativas dos construtivistas, como a teoria do ator-rede, em uma análise dinâmica e processual da estruturação dos coletivos. Em sua opinião, devemos conceder aos construtivistas que estes coletivos não são dados como entidades acabadas, mas como produtos sociais que são sempre

⁸ Vandenberghe (2010g) define redes como conjunto de laços ligando os membros (membros chamados de nós para evitar identificação com indivíduos) de sistemas sociais ao longo ou através de categorias sociais ou grupos demarcados. Esta definição, ao enfatizar o conjunto de nós, deixa em aberto a sua morfologia, a natureza de seus laços e suas fronteiras, o que permite, segundo o autor, a sua argumentação no sentido proposto em seu trabalho.

⁹ Segundo Vandenberghe (2010g), mesmo que não sejam ativos ou mobilizados, os coletivos possuem influência real no mundo da vida em virtude de sua mera existência. Só pelo fato de existirem os outros são obrigados a levá-los em consideração. E também porque são coletivos potenciais, já que oferecem esboços e aparições antecipatórios de grupos em formação. Nesse sentido, exercem eficácia causal na realidade, sendo, portanto, reais.

social e localmente construídos em situações concretas de ação; que eles não são coisas mas processos; não reificações, mas realizações.

Uma vez definido que os

[...] coletivos tornam-se grupos ao serem construídos como categorias, bem como de que as categorias taxonômicas referem-se a grupos potenciais que podem transformar ou ser transformados, por meio da pressão externa, em grupos estruturados e organizados, imbuídos de uma consciência coletiva e de uma vontade de agir distribuída entre os membros do grupo. (VANDENBERGHE, 2010g, p. 232)

então, os grupos emergem como fruto de um processo de categorização, identificação e a constituição de uma comunidade simbólica, gerando assim, uma ‘pessoa de ordem superior’. A partir daí chega-se ao primeiro momento, que é a análise dos coletivos como uma comunidade simbólica através da implicação mútua das descrições performativas do coletivo na primeira pessoa do plural.

Na perspectiva realista-construtivista os coletivos possuem uma existência dupla: a) existem objetiva e virtualmente como categorias que abarcam os membros de um conjunto em função da posição social que ocupam na estrutura social; b) existem subjetivamente e intencionalmente como comunidades simbólicas nas quais os membros estão conectados através de uma ligação mental ou espiritual.

Para Vandenberghe os coletivos taxonômicos são constituídos por categorizações *alterfenomenológicas*, classificadas pelos outros; já os grupos o são por categorizações *autofenomenológicas*, isto é, onde há autoidentificação. Nestes últimos, o “nós” é uma personalidade social supraindividual constituída intencional e politicamente como um coletivo vivo, sendo experimentada como tal por todos os membros do grupo. Isso ocorre devido à consciência mútua de reciprocidade. Os atores podem unificar suas vontades e coordenar reciprocamente suas ações em uma única ação coletiva. Uma vez identificados, interna e externamente, os indivíduos de um coletivo taxonômico passariam, via uma interação comunicativa que ocorre nos rituais de interação realizados pelos sujeitos plurais, emergem componentes como as emoções, a cinestesia, um sentimento de pertencimento, e uma necessária delimitação do grupo cujo resultado último desse caldeirão será a geração de uma comunidade simbólica.

Assim, um coletivo se constitui como uma comunidade simbólica frente à outra da qual quer se diferenciar. Assim, “[p]ara consolidar o processo de construção do coletivo como um grupo autofenomenológico, a identificação necessita de um ‘outro’, um ‘exterior’, que é ‘constitutivo’ da identidade do grupo.” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 227). Por serem sempre constituídas em referência a um outro exterior – que esta incluído no interior do coletivo afetando a sua identidade a partir de dentro – as fronteiras simbólicas entre os grupos são necessariamente permeáveis.

Deste modo, os fechamentos dos grupos só podem ser provisórios, sendo, portanto, necessária uma permanente reconstrução dessas fronteiras para a demarcação dessa comunidade simbólica. Para evitar um fechamento total, duas estratégias são utilizadas para isso: de um lado, uma política de alargamento das fronteiras da comunidade simbólica a fim de permitir cada vez mais o acesso de pessoas de pessoas diferentes, através da flexibilização dos critérios de entrada e participação na comunidade; e, de outro, uma permissão mais livre do fluxo de pessoas por essas fronteiras, desde que obedeçam os critérios impostos (o que implica a manutenção dos critérios de demarcação).

Em síntese, este primeiro momento apresenta a estruturação de uma categoria (ou coletivo taxonômico) a partir da emergência de seus poderes causais até o ponto de se formar uma comunidade simbólica, cuja principal característica é a identidade como traço da organização social (VANDENBERGHE, 2010g).

O segundo momento da dialética proposta por Vandenberghe refere-se às mediações do coletivo, em que as comunidades imaginadas, via mediação tecnológica, são elevadas a um grau maior

de estruturação e culminam na construção do *quase-grupo*. Isso porque

a autoidentificação dos membros é uma condição necessária, mas não suficiente da estruturação dos coletivos. Um coletivo que deseje agir e intervir no mundo da vida para transformar o sistema (ou se opor à sua transformação) necessita da intervenção e de uma ‘mediação tecnológica’ que transforme a comunidade simbólica em um quase-grupo, bem como de uma ‘representação política’ que transforme o quase-grupo em um grupo organizado (VANDENBERGHE, 2010g, p. 234).

O processo de mediação é duplo: ele possui um lado logístico, relativo à organização tecnológica da matéria e que é expresso por todo tipo de meio físico passível de transmitir uma comunicação; e um lado estratégico, relativo à organização das pessoas em uma rede, à forma como elas pessoas se dispõem. Como a identidade do grupo é em larga medida imaginária, ela pressupõe sua representação simbólica por meio de uma linguagem que projete a sua unidade. Para isso, é ela é composta de colagens de diversas imagens retiradas dos seus membros, mas cujo resultado final representa um mosaico que transcende qualquer imagem individual de cada membro; mas que, ao mesmo tempo, é capaz de assegurar que eles individualmente se reconheçam nessa imagem maior, a do mosaico (VANDENBERGHE, 2010g).

Assim, os meios de comunicação servem para a mediação simbólica, mas também são maquinarias de mediação sociotécnica. Mídias funcionam como sistema sociotécnico de integração social. Os meios de comunicação tem poder e impõe certas possibilidades e restrições aos seus donos/usuários e aos outros. Em sua análise, do mesmo modo que a imprensa no século XVIII foi instrumental na superação do caráter episódico e localizado do protesto popular, facilitando a formação de coalizões em escala nacional; a internet confere novas opções de interação social, favorecendo, por exemplo, a construção de redes mais extensas e capazes de serem estruturadas e organizadas no sentido de produzir ações efetivas na realidade. Assim, quando as redes estão interligadas em coalizões e a ação coletiva destas coalizões é, por sua vez, coordenada num nível mais alto, ocorre uma mudança de escala.

O terceiro momento morfogenético refere-se à passagem do quase grupo mobilizável (estado atingido pela emergência do poder causal da mediação tecnológica) ao grupo estruturado, que é fruto da emergência do poder causal da expressão política. Para se tornar um grupo com “triplo I” – identidade, ideia e interesse o quase grupo precisa de uma estrutura organizacional que transforme o grupo mobilizável em um grupo mobilizado, capaz de agir como um único homem (VANDENBERGHE, 2010).

Seu argumento é o de que, ao se organizar o grupo se estabiliza, canaliza e externaliza suas energias. O coletivo cria uma inércia artificial que o protege da ameaça do prático-inerte. Essa inércia artificial é a organização, que pode ser pensada como entidade, mas também como processo – tal como ele sugere – que reforça a identidade comum ao mesmo tempo que unifica a sua estrutura.

Assim, segundo o autor, a organização soluciona e dissolve o problema de Harré: ela efetivamente transforma categorias de pessoas que compartilham alguma característica em comum em redes de pessoas ligadas umas às outras, direta ou indiretamente, por um tipo específico de ligação interpessoal. Se no primeiro momento os coletivos taxonômicos têm como elemento subjacente uma alta categoricidade; no segundo momento o quase-grupo mobilizável já possui uma estrutura de integração, via mediação em rede (e esta ainda é de baixa ou média densidade); é, portanto, no terceiro momento, quando da emergência da porta voz coletiva que surge transformação do quase grupo em um grupo com “triplo I” (identidade, ideia e interesse), fortemente organizado ou empiricamente existente com uma instituição, organização, ou corporação nos níveis meso e macro da sociedade é resultado do trabalho de representação política. É aqui que será possível a realização performativa do coletivo.

A representação é em larga medida metonímica (VANDENBERGHE, 2010). Ela condensa a

rede na pessoa que a corporifica. Ela apresenta forte efeito performativo que acrescenta seu próprio poder simbólico ao grupo. Por delegação ela torna o coletivo visível, quase tangível, e afirma e defende suas ideias, interesses e identidades em público. Confere a ele visibilidade permanente e o traz a existência empírica permanente. A visibilidade da formação de um coletivo é o resultado final de um longo e paciente trabalho de objetivação que finalmente canaliza as representações mentais, sociais e legais do grupo para a sua representação política, fazendo-o através da delegação.

As organizações existem no espaço e perduram no tempo. Se os coletivos existem em potência em nível macro, as organizações existem em *actu* em nível meso. A organização é personificada e mediada na figura da porta voz, que age como se fosse um mega ator. Como indivíduo corporativo, ela pode mobilizar recursos organizacionais importantes e cujas decisões localmente situadas transcendem as situações locais de ação. “É devido ao fato de que a porta-voz é uma intermediária entre o grupo e seus membros que ela pode funcionar como mediadora entre os níveis micro e macro da sociedade” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 250).

6 Porquê a TSC pode fundamentar a TO ou à guisa de conclusão

Retomando o cerne deste artigo – de localizar a teoria das subjetividades (TSC) coletivas dentro da teoria social, em geral, e da teoria social realista, em particular, e explorar suas interfaces e possibilidades de diálogo e fundamentação para a TO, a partir de seu *framework* da ação coletiva organizada – pode-se observar que a teoria social realista se coloca como um projeto significativamente particular de teoria social, fornecendo as bases solidamente fundamentadas tanto para o desenvolvimento de um projeto próprio e original de sociologia – o que já vem sendo feito ao longo das últimas duas ou três décadas – como traz implicações profundas para as ciências humanas e sociais.

Uma dessas implicações, talvez a principal delas, no plano da teoria social, é a advogada possibilidade, devidamente justificada, fornecida pelo naturalismo crítico, de desenvolver uma teoria social integrada – como defendem, por exemplo, Brante (2001) e Vandenberghe (2010) – que ultrapasse as atuais teorizações segmentadas e sectárias, integrando-as através de uma ponto comum (uma ontologia social) em um metarrelato constituído de diferentes níveis e com capacidade de sustentar as diferenças específicas entre cada um deles, asseguradas pela autonomia relativas e pelas propriedades emergentes relativas as suas estruturas intrínsecas de organização da matéria.

Do ponto de vista específico das organizações, a estratificação da realidade social em níveis e a consideração explícita das organizações como um nível próprio dessa realidade fornece o reconhecimento adequado e necessário para a investigação dessa estrutura ôntica enquanto objeto legítimo no campo da teoria social, em geral, e da sociologia das organizações, em particular. E, ao fazê-lo, abre as condições necessárias ao desenvolvimento da explicação realista crítica para as propriedades emergentes deste tipo de estrutura real, com suas tendências, seus mecanismos causais e, acima de tudo, a sua irredutibilidade às interações humanas dos níveis inferiores. O que requer e implica, necessariamente, a teorização e explicação dos fenômenos coletivos de ação social por referência própria a sua organização coletiva. E, deste modo, recai-se na necessidade de investigação sobre a estruturação das organizações (ou coletivos), como já identificado por Ackroyd (2004), e evidenciado neste capítulo pela teorização seminal recentemente elaborada por Vandenberghe.

Vandenberghe (2007a; 2007b; 2010g) tem o mérito de trazer à tona o debate sobre a ação coletiva dentro da perspectiva do realismo crítico, complementando assim esforços já endereçados por outros estudiosos – e inclusive, por ele mesmo – nas extremidades dos níveis da realidade social, seja no nível micro (cf. ARCHER, 2000; 2002) seja no nível macro (cf. BHASKAR, 1998[1979]). Além de endereçar esforços no nível meso de análise da realidade social, que parece ser o mais subdesenvolvido teoricamente até o momento, ele toca em uma questão verdadeiramente pouco discutida que é a estruturação deste nível intermediário, conforme observou Ackroyd (2004).

Porém, apesar de sua contribuição ao relacionar os coletivos taxonômicos (agregados coletivos) aos grupos estruturados, via o que considera como processo morfogênético triplo; e, com isso, tocar direta e insistentemente na questão das organizações, o próprio autor parece estar menos preocupado com o papel delas e as implicações de sua proposta teórica sobre as mesmas, do que com a relação que este nível meso estabelece com o nível macrosociológico, onde reside sua preocupação central.

Além disso, resgatando a autocrítica que Jessop (2005) dirige ao RC em geral, e que é coextensiva ao caso particular da teoria proposta por Vandenberghe, há uma desconsideração em relação à dimensão espaço-temporal da atividade humana nos coletivos taxonômicos, em geral, e da sua interação seja nas comunidades imaginadas seja nos quase-grupos ou mesmo nas grupos estruturados (ou organizações). Assim, apesar das dimensões temporal, simbólica, tecnológica serem razoavelmente teorizadas, parece haver uma lacuna no que tange a dimensão espacial, que é subteorizada, como se todo esse processo ocorresse no vácuo. O mesmo parece ocorrer quanto à dimensão política, já que o autor restringe sua análise à delegação do poder do grupo para o porta voz, não adentrando questões mais específicas como as relações entre os agentes.

Adicionalmente sua proposta teórica carece de investigação a fim de ser testada e analisada contrafactual e retroductivamente face sua operação na dinâmica dos sistemas abertos, o que demanda investigações empíricas seja sobre sua proposta analítica como um todo, seja para verificar partes de seu esquema teórico, mas que de todo modo dirijam a atenção a ação social coletiva, especificamente desempenhada no nível meso social a partir da análise da estruturação dos coletivos e das organizações. Assim, estudos futuros precisam lapidar e evoluir esta proposição teórica, especialmente, no tocante às organizações, na medida em que abre a possibilidade para se alargar e aprofundar a teorização da área.

REFERÊNCIAS

- ACRKOYD, S. Connecting organizations and societies: a realist analysis of structures. In: ACRKOYD, S.; FLEETWOOD, S. **Realist perspectives on management and organizations**. London: Routledge, 2000.
- ARCHER, M. S. Realism and the problem of agency. **Journal of Critical Realism (incorporating Alethia)**, 5(1), 11-20, 2002.
- ARCHER, M. S. **Being Human: the problem of agency**. Cambirdge (UK): Cambridge University Press, 2000.
- BHASKAR, R. **Dialectic: the Pulse of Freedom**. New York (USA): Routledge / Taylor & Francis Group, 2008 [1993]. 403p.
- BHASKAR, R. R. On the Possibility of Social Scientific Knowledge and the Limits of Naturalism. **Journal for the Theory of Social Behavior**, 8 (1), 1978.
- BHASKAR, R. R. **The Possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences**. 3rd Edition. Routledge: London/New York, 1998[1979].
- BRANTE, T. Consequências do realismo na construção de teoria sociológica. **Sociologia**, set. 2001, no.36, p.9-38.
- ELDER-VASS, D. Re-Examining Bhaskar three ontological domains: the lessons from emergence. **Paper presented at IACR Conference**, Cambridge, 2004.
- _____. **The Causal Power of Social Structures: Emergence, Structure and Agency**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- FLEETWOOD, S. Institutions and social structures. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, V. 38, N. 3, 2008. p.241-265.
- FLEETWOOD, S. Ontology in organization and management studies: a critical realist perspective. **Organization**, V. 12, N. 2, 2005.
- FLEETWOOD, S. Structure, institution, agency, habit and reflexive deliberation. **Journal of Institutional Economics**, V. 4, N. 2, 2008b.
- FLEETWOOD, S. The ontology of things, properties and powers. **Journal of Critical Realism**, V. 8, N. 3, 2008a.
- FRIEDBERG, E. **Le Pouvoir et la regle: dynamiques de l'action organisee**. Paris: Ed. du Seuil, 1993. 404p.

- HARRÉ, R. **As Filosofias da ciência**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- JESSOP, B. Critical Realism and the Strategic-Relational Approach. **New Formations**, vol.56, s/n, pp.40-53, 2005.
- PETERS, G. M. **Percursos na teoria das práticas sociais**: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu. Universidade de Brasília (UnB). Brasília (DF), 2006.
- VANDENBERGHE, F. Avatars of the Collective. A Realist Theory of Collective Subjectivities, **Sociological Theory**, 25 (4), pp. 295-324, 2007a.
- VANDENBERGHE, F. **Teoria Social Realista**: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010.
- VANDENBERGHE, F. Uma ontologia realista para a sociologia: morfogênese da sociedade e estruturação das subjetividades coletivas. In: VANDENBERGHE, Frédéric. **Teoria Social Realista**: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010g. pp.183-256.
- VANDENBERGHE, F. Une ontologie realiste pou La sociologie: système, morphogenèse et collectifs. **Social Science Information**, 46 (3), pp.487-542, 2007b.
- VANDENBERGHE, F. **O esgotamento do novo movimento teórico e a era dos epígonos**. In: Invenção do Contemporâneo, 2009, Campinas. CPFL. Palestra publicada em vídeo em: 09/10/2009 às 22:45:05. Disponível em: <http://www.cpflcultura.com.br/site/2009/11/30/integra-o-esgotamento-do-%E2%80%9Cnovo-movimento-teorico%E2%80%9D-e-a-era-de-epigonos-frederic-vandenberghe/>. Acesso em: 25 agosto 2011.